



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA  
EXERCÍCIO - 2018**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2018**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**1. APRESENTAÇÃO**

A Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em observância ao disposto nos art. 74 da Constituição Federal, bem como ao art. 9º da Resolução 171/2013 CNJ e ao Parecer nº 02/2013 – SCI/Pres/CNJ, elaborou o Plano Anual de Auditoria - (PAA) de 2018, com base também nas diretrizes definidas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP (PALP 2018-2021), motivo pelo qual, submete à análise do Presidente deste Tribunal de Justiça.

Observa-se que o objetivo princípio da realização das atividades elencadas neste plano é avaliar os procedimentos da gestão organizacional deste Tribunal, mediante o planejamento das Auditorias, detectando possíveis problemas, a fim de apresentar soluções para a melhoria do desempenho da Administração.

Vale ressaltar que o Plano Anual de Auditoria deve estar em consonância com o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, qual seja, o elaborado para as gestões dos anos de 2018-2021, devendo contemplar a gestão de Tecnologia da Informação, de Contratos e Licitações, de Pessoal e Folha de Pagamento, Orçamentária, Financeira, Contábil, de Patrimônio e Material, bem como a avaliação de controles internos.

Importante destacar que esta Secretaria tem voltado seus estudos para os ajustes necessários à formatação de auditoria baseada em gestão de riscos. Para a integralidade no cumprimento dessa ação, inevitável deve dar-se neste Tribunal, a implementação do gerenciamento de riscos, trazendo como consequência a atualização deste plano anual.

O resultado alcançado pelas atividades de auditoria realizadas por esta Secretaria servirá de subsídio, ainda, para o processo de Prestação de Contas Anual, exercício 2018, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado.

Como continuidade e visando às atividades de consultoria, sem se recair na possibilidade de prática de cogestão administrativa, esta Secretaria segue adotando medidas de orientação às unidades administrativas de forma sistemática, com elaboração de cronograma, a fim de preparar as unidades gestoras para o esclarecimento de possíveis dúvidas, como também evitar equívocos a serem sanados posteriormente ao dispêndio de força de trabalho e até mesmo financeiro.

Dado o exposto, reforça-se que a instauração de Auditoria Especial poderá ser efetuada de ofício pela Secretaria do Controle Interno ou por determinação da



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Presidência, devendo este plano ser executado em sua totalidade até o final do exercício do ano de 2018.

## 2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL

A equipe da Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira do Tribunal de Justiça do Amazonas, atualmente, está assim constituída:

Secretária de Controle Interno	1
Coordenador de Auditoria	1
Coordenador de Atos de Gestão	1
Auxiliar/FG-1	3
Analista Judiciário II	1
Assistente Judiciário	1
Estagiário	1
TOTAL	9

Esta Secretaria, em virtude da necessidade de reestruturação desta Unidade, a fim de que sejam observadas as diferenças conceituais entre controle interno e auditoria interna, de forma a não atribuir atividades de cogestão à unidade de auditoria interna, nos termos do que determina o Tribunal de Contas da União, acórdãos n. 2.622/15 – TCU – Plenário e n. 2.339/16 – TCU – Plenário, encaminhado a este Tribunal por meio dos ofícios n. 0291747 SG e n.0291313 SG, do Conselho Nacional de Justiça, bem como a determinação contida no Item II do Parecer n. 2/2013 – SCI/Presi/CNJ, apresentará proposta de extinção de dois cargos de direção e assessoramento e criação de quatro funções gratificadas para as seguintes áreas:

Funções/Cargos	Quantidade
Estatística ou Matemático/ Assessor de Estatística	1
Direito e Administração/ Assessor Jurídico	2
Informática/Assessor de Tecnologia da Informação	1

## 3. PLANO DE CAPACITAÇÃO

Esta Secretaria de Controle Interno, com o objetivo de bem orientar as demais unidades administrativas e, considerando a mudança de paradigma das auditorias, agora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

baseadas nos riscos que podem afetar os objetivos desta Instituição, apresenta quadro com as sugestões das matérias a serem abordadas na capacitação dos servidores lotados nesta unidade de Controle.

Tendo em vista que o Plano de Auditoria de Longo Prazo mudará significativamente a sua metodologia, passando a ser focado em riscos, aumentando a participação da administração no processo de seleção dos objetos auditáveis, assim como também é objetivo desta Secretaria lançar manual de metodologia para a elaboração do plano anual de auditoria, baseado em gestão de riscos, necessário se faz a capacitação dos servidores nela lotados no seguinte sentido:

CURSO/EVENTO	SERVIDOR
Auditoria em tecnologia da informação, com foco em avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, riscos e controle de TI e TIC;	Frederico Leandro Carvalho Leite
Auditoria de Obras, com foco em orçamento de obras e fiscalização da execução contratual;	Renée Bezerra Matos
Gestão de Riscos, incluindo a gestão de processos, com enfoque no mapeamento de processo de trabalho como ferramenta para identificar riscos, controles e resultados;	Nabiha Monassa Abinader da Rocha
Construção e avaliação de indicadores de gestão;	Vitor de Andrade Lima
Auditoria de avaliação de controles internos;	Nabiha Monassa Abinader da Rocha
Auditoria baseada em riscos;	Lydia de Jesus Azêdo Neta /Eliana Dantas de Araújo
Auditoria Governamental à distância;	Lydia de Jesus Azêdo Neta /Eliana Dantas de Araújo
Auditoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, com foco em adequação orçamentária e financeira, sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais, avaliação das metas do PPA e execução dos programas e do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.	Nabiha Monassa Abinader da Rocha Eliana Dantas de Araújo Vitor de Andrade Lima
Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário do Amazonas.	04 (quatro) servidores



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

É importante frisar que os cursos sugeridos, por alguns períodos, foram disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça. Apesar de, neste momento, não estarem acessíveis, esta Secretaria se encarregará de verificar a disponibilidade deles e também de apresentar à Escola de Aperfeiçoamento do Servidor.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO**

As ações de auditorias previstas neste Plano observarão as seguintes fases:

Planejamento;  
Execução;  
Comunicação dos Resultados - Relatório; e  
Monitoramento dos Resultados.

Como registrado no Plano de Auditoria a Longo Prazo, as atividades de auditoria para o ano de 2018 foram planejadas levando em consideração a forma vigente de atuação da SCI, a partir das Normas de Auditoria Governamental, as propostas da Resolução nº 171/2013 – CNJ, o Manual de Auditoria do TCU e no Parecer nº 02/2013 – SCI/Pres/CNJ. As principais técnicas utilizadas serão as seguintes: entrevista, análise documental, conferência de cálculos, circularização, inspeção física, exames dos registros, amostragem, observação e revisão analítica.

Para o ano de 2018, esta Secretaria deve se voltar para a execução total do PALP e voltar esforços também para a implementação integral da metodologia de gestão de riscos.

Tendo em vista a realização do mister de auditoria, o auditor interno deverá ter livre acesso às dependências das unidades administrativas auditadas, aos processos e a toda documentação imprescindíveis à execução de seu trabalho, sendo que as solicitações efetuadas deverão ser atendidas no prazo estabelecido.

#### **5. CRONOGRAMA**

As atividades de auditoria serão desenvolvidas nos períodos definidos nos cronogramas a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA 2018**

<b>Nº</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>RELEVÂNCIA</b>	<b>ORIGEM DA DEMANDA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>INICIO</b>	<b>FIM</b>	<b>SETOR</b>
1	Acompanhamento do processo de Prestação de Contas Anual – Exercício 2017	O processo de Prestação de Contas Anual deve estar em conformidade com a legislação pertinente.	TCE-AM	Entregar o processo de Prestação de Contas em conformidade com a legislação pertinente, dentro do prazo legal determinado.	03/2018	03/2018	Secretaria Geral de Administração/ Divisão de Orçamento e Finanças.
2	Estudos para elaboração de Manual de Metodologia de Gestão de Riscos	A metodologia a ser adotada nas auditorias deve aferir a maturidade da gestão de riscos da Administração.	CNJ	Elaborar Manual de Auditoria baseada em Gestão de Risco. Possibilidade de Implementação Integral – Ano de 2019	04/2018	12/2018	Secretaria Geral de Administração/ Planejamento Estratégico
3	Monitoramento das auditorias realizadas nos últimos 2 (dois) anos	Os resultados alcançados pela auditoria dependem da implementação das recomendações oferecidas.	SCI	Fortalecer a efetividade após a decisão que acolhe as recomendações de auditoria.	01/18	12/18	Presidência/Secretaria Geral de Administração
4	Auditoria Coordenada de Informática	O exame dos conteúdos dos planos de tecnologia da informação, dos controles de governança, de gestão de riscos e de resultados de TI.	CNJ	Avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI.	05/18	06/18	Divisão de Tecnologia, da Informação e Comunicação



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

5	Auditoria em Gestão de Contratos e Convênios	Avaliar a conformidade dos procedimentos adotados nos contratos e convênios deste Tribunal.	SCI	Avaliação da conformidade dos Contratos e Convênios efetuados pelo TJAM, sob o aspecto da regularidade dos atos, dos valores envolvidos.	06/2018	08/2018	Divisão de Contratos e Convênios
6	Auditoria em Orçamento e Finanças	Examinar a legalidade dos procedimentos contábeis patrimoniais.	SCI	Verificar a observância dos procedimentos contábeis adotados ao Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (Portaria STN n. 548/2015)	08/2018	10/2018	Divisão de Orçamento e Finanças
7	Auditoria na Gestão de Patrimônio e Material.	Verificar os procedimentos adotados para controle dos bens imóveis.	SCI	Avaliar a eficiência dos procedimentos adotados.	08/2017	09/2017	Divisão de Patrimônio e Material
8	Auditoria na Escola dos Servidores	Avaliar os procedimentos adotados referentes à fiscalização e acompanhamento da contratação de estagiários.	Auditoria determinada pelo Processo CPA2017/1948.	Verificação dos processos em andamento.	10/2018	11/2018	Escola do Servidor
9	Elaboração do Plano Anual de Auditoria 2019.	Expor as ações que deverão ser desenvolvidas no exercício de 2019.	SCI	Informar previamente a Presidência deste Egrégio Tribunal, acerca das atividades e setores a serem auditados.	11/2018	11/2018	SCI
10	Auditoria Coordenada - CNJ	Aguardando Definição do CNJ	Aguardando Definição do CNJ	Aguardando Definição do CNJ			Aguardando definição do CNJ



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA 2017													
Nº	ATIVIDADE	Mês											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Acompanhamento do processo de Prestação de Contas Anual – Exercício 2017												
2	Estudos para elaboração de Manual de Metodologia de Gestão de Riscos												
3	Monitoramento das auditorias realizadas nos últimos 2 (dois) anos												
4	Auditoria Coordenada de Informática												
5	Auditoria em Gestão de Contratos e Convênios												
6	Auditoria em Orçamento e Finanças												
7	Auditoria na Gestão de Patrimônio e Material.												
	Auditoria na Escola dos Servidores												
8	Elaboração do Plano Anual de Auditoria 2019.												

AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO									
A1 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DIVISÃO DE PESSOAL									
Ação 1.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de Orientação
							H/h	Conhecimento	
Monitorar a adequação do sistema de pessoal ao sistema e-social.	Inconsistência de informações e descumprimento da legislação pertinente.	Receita Federal	Verificar o cumprimento das etapas necessárias à migração aos padrões do e-social.	Amostra baseada no cronograma do grupo de trabalho destinado a atualizar os dados pertinentes ao referido sistema.	Mensal	Divisão de Gestão de Pessoas	1:80	Sistema de Gestão de Recursos Humanos	A definir
Ação 1.2	Risco Inerente	Origem da	Objetivos da	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

		Demanda	Auditoria				H/h	Conhecimento	Orientação
Verificar os atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.	Possibilidade de inconsistência nos processos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão. Descumprimento da legislação, ausência de formalidades.	Controle Interno	Verificar os atos de aposentadoria, pensão, admissão, sob o aspecto da regularidade	Acompanhar os atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão, verificando a consistência dos mesmos.	Mensal	Divisão de Pessoal, Diário da Justiça Eletrônico, Sistema de Gestão de Recursos Humanos.	1:80	CF/88: Lei nº 1.762/86; LC nº 30/01; LC nº 17/67	A definir
Ação 1.3	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de Orientação
							H/h	Conhecimento	
Auditar as inserções/alterações de cadastros no sistema de Folha de pagamento do TAJM.	Inconsistência de informações no sistema de gerenciamento da folha de pagamento.	Controle Interno	Analisar as inserções/alterações no sistema de folha de pagamento por meio DOC.30/PRODAM	Aferir se as alterações na folha de pagamento estão em conformidade com os Atos Administrativos expedidos pela Administração.	Mensal	Divisão de Pessoal - Setor de Folha de Pagamento.	1:80	Sistemas PRODAM GRH CPA	A definir
<b>AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO</b>									
<b>A2 - GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA</b>									
Ação 2.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de Orientação
							H/h	Conhecimento	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Auditar a concessão de diárias e passagens aéreas	Inobservância às normas vigentes quanto à concessão de diárias. Não cumprimento de cláusulas contratuais	Controle Interno	Verificar a legalidade do ato de concessão, inibindo pagamentos indevidos. Analisar o cumprimento de cláusulas contratuais relativa ao fornecimento de passagens aéreas.	Análise dos processos de concessão de diárias e passagens aéreas.	Mensal	Divisão de Infraestrutura e Logística	1:100	Lei Ordinária nº 1.762/1986; Portaria nº 1.089/2009 TJ; Portaria nº 322//2010TJ; Resolução nº 73/2009 - CNJ	A definir
Ação 2.2	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		
							H/h	Conhecimento	
Analisar os procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação.	Inobservância às normas vigentes quanto à dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Controle Interno	Verificar a legalidade dos processos de dispensa ou inexigibilidade.	Processos de dispensa e inexigibilidade.	Mensal	Divisão de Infraestrutura e Logística	1:100	Lei nº 8.666/93	A definir
<b>AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO</b>									
<b>A3 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL</b>									
Ação 3.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de Orientação
							H/h	Conhecimento	
Análise dos registros e controles dos bens patrimoniais de Informática	Falhas nos registros dos bens patrimoniais	Controle Interno - TJAM /Controle Interno - CNJ	Auditar os registros e controles dos bens de informática	Análise do controle dos bens de informática. Destinação dos bens doados pelo CNJ. Responsabilidades da comissão para receber os equipamentos. Estado de conservação dos bens.	Trimestral	Divisão de Tecnologia da Informação e Divisão de Patrimônio	1:50	Sistema de controle de material	A definir
Ação 3.2	Risco Inerente	Origem da	Objetivos da	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

		Demanda	Auditoria				H/h	Conhecimento	Orientação
Analisar o sistema de controle patrimonial	Falhas nos registros dos bens patrimoniais	Controle Interno	Verificar o cumprimento das determinações legais durante o processo de registros oficiais dos bens patrimoniais. Avaliar se há integridade confiabilidade dos dados patrimoniais.	Examinar os procedimentos de controle dos bens. Verificar se os termos de responsabilidade de estão devidamente atualizados e adequadamente formalizados. Verificar a adequada destinação dada aos bens inservíveis até a baixa dos controles patrimoniais.	Trimestral	Divisão de Patrimônio	1:100	Lei 4.320/64; Lei 8.666/93; Demais legislações correlatas; Sistema de controle patrimonial.	A definir

**AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO**

**A4 - GESTÃO CONTRATUAL E SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**

Ação 4.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de Orientação
							H/h	Conhecimento	
Análise da adequação dos procedimentos de formalização, execução e encerramento dos contratos.	Interrupção dos serviços contratados. Desperdício de recursos orçamentários. Notificações dos órgãos de controle. Cancelamento de contratos. Possíveis demandas trabalhistas	Controle Interno	Analisar o cumprimento das cláusulas contratuais, o acompanhamento e o gerenciamento da execução dos serviços contratados.	Verificar se as informações do contrato e dos termos aditivos cumprem com os fundamentos legais. Analisar os procedimentos de controle adotados pelos fiscais dos contratos.	Bimestral	Divisão de Contratos e Convênios	1:150	Lei nº 8.666/93 e correlatas	A definir
Ação 4.2	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de Orientação
Análise dos Processos Licitatórios	Improbidades na elaboração e formalização de editais	Controle Interno	Analisar quanto à instrução de processos e procedimentos de licitação, o cumprimento dos	Verificar a legalidade e formalidade do certame, identificando a existência de impropriedades nos processos licitatórios. Os exames serão realizados	Por demanda	Comissão Permanent e de Licitação (Sistema de Gestão de		Lei nº 8.666/93; Dec nº 3.555/00; Lei nº 10.520/02	A definir



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

			princípios legais e normas administrativas.	por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores detectados.		Processos Digitais)			
Ação 4.3	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		Semana de Orientação
							H/h	Conhecimento	
Análise dos Processos de Engenharia	Irregularidades no andamento dos processos de engenharia	CNJ/Control e Interno	Analisar os procedimentos de engenharia quanto à sua adequação às normas vigentes.	Verificar a legalidade e formalidade nos processos de engenharia.	Por demanda	Comissão Permanent e de Licitação)/ Divisão de Engenharia/ Divisão de Contratos		Lei nº 8.666/93; Resolução 114/10 CNJ; Lei nº 10.520/02	
<b>AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO</b>									
<b>A5 - ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES</b>									
Ação 5.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		
							H/h	Conhecimento	
Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades de controle externo e interno.	Não	CNJ	Verificar as implementações das recomendações dos agentes de controle interno e externo.	Todas as recomendações que envolvam as atividades da área administrativa	Mensal (de acordo com a publicação das recomendações)	Diversos		Diversificado	
Ação 5.2	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos		
							H/h	Conhecimento	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Acompanhar a implementação das recomendações feitas pelas auditorias realizadas nos anos de 2017/2018	Não cumprimento das recomendações ocasionando possíveis punições pelos órgãos de controle externo.	Controle Interno	Verificar a implementação das recomendações sugeridas pelos agentes de controle interno para a Administração.	Todas as recomendações que envolvam as atividades da área administrativa	Mensal (de acordo com a publicação das recomendações)	Diversos		Parecer nº 02/2013 - SCI/Pres/CNJ; Resolução 171/2013 - CNJ	
---	--	------------------	---	--	---	----------	--	---	--



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**6. CONCLUSÃO**

Esta Secretaria sugere, por meio deste Plano de Auditoria, que este Tribunal, considerando o disposto no artigo 1º, inciso XXVII, da Lei Estadual nº. 2.433, de 10 de dezembro de 1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), acrescido pela Lei Complementar nº. 120, de 13 de junho de 2013, que atribui competência ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas de firmar TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO - TAG com os Poderes, destinado à regularização de atos e procedimentos, regulamentada pela Resolução TCE/AM nº. 21/2013, conforme os achados relatados por esta Unidade, principalmente, quando haja necessidade de se estabelecer um cronograma de transição para o cumprimento da obrigação, que assim o realize.

Será da atribuição desta Secretaria apontar a matéria que poderá ser submetida ao TAG, considerando a relevância e as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo de ofício o apontamento da Presidência, quando esta assim achar necessário.

Dado o exposto, submeto este Plano Anual de Auditoria ao conhecimento e aprovação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, considerando que os resultados das auditorias serão apresentados e submetidos por meio de relatórios de Auditoria, bem como por meio de pareceres, vistos e recomendações, monitorados por esta Secretaria ao decorrer do ano de 2018.

Manaus, 05 de abril de 2018.

NABIHA MONASSA ABINADER DA ROCHA  
Secretária de Controle Interno